

TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS: QUANDO AS NECESSIDADES SÃO PERMANENTES, A RESPOSTA NÃO PODE CONTINUAR A SER PROVISÓRIA

Inquérito nacional da FNE revela que 95,5% das escolas reconhecem a repetição anual das necessidades e 84,8% defendem mecanismos de estabilidade ou vinculação

A Federação Nacional da Educação (FNE) divulga os resultados de um **Inquérito Nacional sobre os Técnicos Especializados para Formação nas Escolas Públicas**, realizado junto de diretores de Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, que evidencia uma realidade que exige uma resposta política e negocial.

O questionário recolheu **119 respostas, provenientes de 17 distritos**, tendo sido identificados **283 técnicos especializados** nas 66 escolas e agrupamentos que indicaram dispor destes profissionais. Os resultados demonstram que estes técnicos desempenham funções essenciais ao funcionamento das ofertas educativas e formativas, em áreas tão diversas como Restauração, Saúde, Turismo, Ação Social, Multimédia, Teatro, Audiovisuais, Eletrónica, Informática, Mecânica, Artes e muitas outras.

Os números são claros

Entre as escolas que contam com técnicos especializados:

- **95,5%** reconhecem que as necessidades por estes asseguradas **se repetem anualmente**, de forma permanente ou na maioria das áreas;
- **93,9%** consideram que estes profissionais asseguram, total ou parcialmente, **necessidades permanentes das escolas**;
- **84,8%** defendem diretamente a criação de **mecanismos de estabilidade ou vinculação**;
- **97%** consideram importante ou parcialmente importante garantir **formação pedagógica específica**;
- em **66,7% das escolas** existem técnicos cujo maior período de exercício contínuo ultrapassa os **cinco anos**;
- em **21 escolas** existem situações de profissionais com **mais de dez anos de exercício contínuo**.

Os dados confirmam, assim, uma contradição que a FNE considera impossível continuar a ignorar: **as escolas têm necessidades permanentes, os profissionais desempenham funções permanentes, muitos permanecem durante anos nas mesmas escolas, mas continuam sujeitos a respostas laborais marcadas pela instabilidade e pela contratação sucessiva.**



Não são apenas técnicos: são profissionais plenamente integrados na vida pedagógica das escolas

O inquérito demonstra também que a intervenção destes profissionais ultrapassa largamente a transmissão de conhecimentos técnicos ou a lecionação de componentes práticas.



Os técnicos especializados participam em reuniões pedagógicas, avaliação dos alunos, Provas de Aptidão Profissional, Formação em Contexto de Trabalho e componentes teóricas e práticas, assumindo ainda, em diversos casos, responsabilidades de direção de turma, direção de curso, coordenação e outras funções integradas na organização pedagógica das escolas.

Para a FNE, esta realidade deve ser devidamente reconhecida. **Não é aceitável que profissionais plenamente integrados nas equipas pedagógicas e indispensáveis ao funcionamento de cursos e ofertas formativas permaneçam, ano após ano, numa situação profissional que não corresponde à natureza estrutural das funções que desempenham.**

A precariedade não pode ser a resposta permanente para necessidades permanentes

A FNE considera que os resultados deste inquérito constituem uma base objetiva para a abertura de um processo de diálogo e negociação que permita encontrar uma solução integrada para estes profissionais.

Essa resposta deverá contemplar:

- a criação de **mecanismos adequados de estabilidade e vinculação**;
- o **reconhecimento da experiência profissional acumulada**;
- a valorização das **funções pedagógicas efetivamente desempenhadas**;
- a garantia de **formação pedagógica específica**;
- a definição de um **modelo de recrutamento transparente, justo e adequado às necessidades permanentes das escolas**;
- a criação de condições que garantam a **continuidade e a qualidade das ofertas educativas e formativas**.





A FNE entende que esta não é apenas uma questão laboral. **Está em causa a própria capacidade da escola pública para garantir estabilidade às suas equipas, continuidade aos seus projetos educativos e qualidade às respostas formativas que oferece aos alunos.**

Os resultados agora conhecidos mostram que são as próprias direções escolares a reconhecer, de forma esmagadora, a permanência destas necessidades e a defender a criação de soluções de estabilidade.

É, por isso, tempo de transformar esse reconhecimento em resposta política.

Quando as necessidades são permanentes, quando as funções se repetem ano após ano e quando os mesmos profissionais permanecem durante longos períodos ao serviço das escolas, a resposta não pode continuar a ser permanentemente provisória.

A FNE manifesta a sua **total disponibilidade para iniciar um processo de diálogo e negociação** que permita construir uma solução justa, equilibrada e sustentável para os Técnicos Especializados para Formação nas Escolas Públicas.

“A escola pública precisa destes profissionais. E quem é necessário de forma permanente não pode continuar a ser tratado como provisório.”

14 de julho de 2026

Comissão Executiva

Federação Nacional da Educação - FNE

